

DECRETO Nº 157

de 16 de setembro de 2021

Institui o Programa Municipal de Escola Cívico - Militar no Município de Jardim - MS.

A Prefeita Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais em especial o que dispõe o artigo 59, inciso VII da Lei Orgânica do Município. Considerando que o Município de Jardim aderiu ao Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, instituído pelo Decreto Federal nº 10.004, de 05 de setembro de 2019. DECRETA:

Capítulo I.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. *Institui-se o Programa Municipal de Escola Cívico-Militar no Município de Jardim/MS (PECIM), com o objetivo de:*

I. *Promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental;*

II. *Promover a cultura de paz e o pleno exercício da cidadania;*

III. *Elevar os índices de desenvolvimento da educação básica, por meio de integração transversal com os demais programas e projetos educacionais do Estado.*

1º *O PECIM será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e implantado na escola Major Alberto Rodrigues da Costa de Rede Municipal de Ensino do Município de Jardim / MS, conforme estudo de demanda e viabilidade, e sob a coordenação, orientação e supervisão da SEMED.*

2º A adoção do modelo previsto neste Decreto pela escola municipal fica condicionada á adesão ao Programa, conforme estabelecido no art. 8º desta norma.

3º O Programa de que trata o caput deste artigo é complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica instituídas em âmbito municipal, e não implica o encerramento de outros programas ou projetos que visem á melhoria do ensino e da aprendizagem.

Capítulo II.

DAS FINALIDADES

Art. 2º. Entende-se por " Escola Cívico - Militar" aquela que desenvolve suas atividades com o apoio de servidores militares, em funções voltadas á formação cidadã, política, social e ética do estudante, por meio de práticas pedagógicas que permitam reconhecer valores e normas de condutas que regulam a sociedade.

Art. 3º. O PECIM tem por finalidades:

I.

executar a Política de Educação Básica, em consonância com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais;

II. *desenvolver ações voltadas á melhoria do ensino e da aprendizagem;*

III. *reduzir as taxas de reprovação, de abandono e de evasão escolar dos estudantes na Rede Pública de Ensino de Jardim- MS;*

IV. *colaborar para a formação humana e cívica do cidadão;*

V. *contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação;*

VI. *estimular a participação da comunidade escolar nas atividades nas propostas desenvolvidas pelas escalascívico-militares;*

VII. contribuir para a redução dos índices de violência no âmbito escolar;

VIII. formar alunos para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos às garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em conformidade com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Capítulo III.

DAS ESCOLAS, DOS DOCENTES E DOS DISCENTES

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Seção I.

Da Escola

Art. 4º. A escola municipal que integra o PECIM, por meio de adesão formal ao Programa, passará a ser denominada "Escola Municipal Cívico-Militar", acrescidas da nomenclatura original, permitindo designação pela sigla "ENCIM - MARC".

Parágrafo único. . A Escola Cívico - Militar será estabelecimento público municipal de ensino, que ministram o ensino regular na educação básica, na etapa ensino fundamental do 6º ao 9º ano, no turno integral.

Art. 5º. A organização administrativa, pedagógica e o funcionamento das unidades escolares inseridas no PECIM serão estabelecidas em Regulamento pela SEMED, em conformidade com a legislação vigente e observadas as diretrizes nacionais, estaduais e municipais, o qual disporá, dentre outros temas indispensáveis á execução do Programa, sobre:

I. a gestão escolar;

II. a matriz curricular, contendo a respectiva carga horária;

III. o plano político-pedagógico;

IV. o Regimento Escolar;

V. o horário de funcionamento da unidade escolar;

VI. os critérios de admissão dos alunos, observada a proximidade da escola pública de origem e/ou a localidade da residência;

VII. os mecanismo objetivos de monitoramento, avaliação e de formação continuada de acordo com a legislação vigente;

VIII. a equipe de servidores que atuará na escola inserida no Programa, com os respectivos cargos e jornadas de trabalho;

IX. o Colegiado Escolar;

X. a Associação de Pais e Mestres.

Seção II.

Da Seleção e da Adesão da Escola Municipal ao Programa

Art. 6º. O processo de seleção da escola será de responsabilidade da SEMED e deverá observar a legislação específica, considerando o estudo de demanda e viabilidade.

Parágrafo único. . Após a realização do estudo de demanda e viabilidade, a escola que estiver apta á adesão ao PECIM deverá realizar audiência pública, de caráter consultivo, perante a comunidade escolar, para colher a anuência ao modelo de ensino a ser implantado.

Art. 7º. Serão indicadas para integrar o PECIM a escola da Rede Municipal de Ensino de Mato Grosso do Sul que apresentar baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e tenham estrutura física mínima necessária para o desenvolvimento das atividades.

Art. 8º. A escola selecionada deverá efetuar a adesão ao Programa por meio de Termo de Adesão ao PECIM com a SEMED.

Seção III.

Da Adesão do Corpo Docente e Discente ao Programa

Art. 9º. Os professores já lotados nas escolas que aderirem ao PECIM e que não consintam com os princípios e as diretrizes nele estabelecidos poderão ser removidos para outra escola da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. . A remoção poderá ocorrer: a pedido do professor; por meio ofício, quando constatada pela direção e pela coordenação pedagógica da escola, em conjunto com a Coordenação do Programa Cívico-Militar na Secretária Municipal de Educação, a incompatibilidade com os princípios e as diretrizes do PECIM, devidamente registrada em ata e com o prévio conhecimento do docente.

Art. 10. O ingresso de estudantes na Escola Municipal Cívico-Militar (EMCIM) seguirá os critérios estabelecidos no Programa de Matrícula do Município de Jardim, vigente para o ano letivo.

1º Não haverá cobrança de valores para o ingresso e manutenção dos alunos na unidade escolar participante do PECIM.

2º Fica assegurado aos alunos já matriculados na escolas que aderirem ao PECIM o direito de transferência para outra escola municipal, caso não se adaptem às normas e às diretrizes aplicadas às EMCIM.

Capítulo IV.

DAS ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Art. 11. A EMCIM deverá obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), acrescidas de atividades inerentes á cultura cívico-militar, como atividades extracurriculares ou atividades integradoras, tais como ética e cidadania, ordem unida, banda de música, musicalização, esportes, oficinas pedagógicas e teatro.

Art. 12. Os profissionais que atuarem na EMCIM deverão ser submetidos a cursos de formação continuada a serem definidos pela SEMED, com apoio da SEJUSP, ministrados tanto por profissionais da educação, quanto por militares da Polícia Militar (PMMS) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMS), quando couber, dadas as especificidades das diferentes áreas de atuação, em parcerias a serem formalizadas entre os órgãos.

Capítulo V.

DOS SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CÍVICO-MILITARES

Art. 13. A EMCIM deverá atender ao quantitativo mínimo de servidores pertencentes ao quadro permanente de pessoal da SEMED em suas áreas pedagógicas e administrativas, em conformidade com as estruturas das demais Escolas Municipais que compõem a rede municipal de educação.

Parágrafo único. . A fim de atender às orientações do Ministério da Educação (MEC) para estruturação da EMCIM, a escola que aderir ao Programa contará, ainda, com plano estrutural específico, com a participação de demais servidores, em áreas especiais.

Art. 14. Poderá ser formalizado termo de cooperação ou convênio com a SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - para a indicação e disponibilização de militares estaduais da ativa e/ou da reserva remunerada para atuarem nas áreas de gestão educacional e escolar, no assessoramento dos Diretores e Diretores Adjuntos, conforme as diretrizes do PECIM.

Capítulo VI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As despesas decorrentes da execução deste Programa correrão à conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementadas pela União, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 maio de 2001, e no Decreto Federal nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.

Parágrafo único. . Para a execução deste Programa, a EMCIM poderá contar, ainda, com apoio técnico e financeiro oriundos do MEC.

Art. 16. Para a execução do PECIM, poderão ser firmados convênios, termos de compromisso e acordos de cooperação com órgãos e entidades da Administração Públicos Federal, da Estadual e da Municipal, e com entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2021.

JARDIM/MS, 16 de setembro de 2021.

Dra. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER Prefeita de Jardim
- MS.

Decreto Nº 157/2021 - 16 de setembro de 2021

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em